

## CONCEITOS DE LÍNGUA ESTRANGEIRA, LÍNGUA SEGUNDA, LÍNGUA ADICIONAL, LÍNGUA DE HERANÇA, LÍNGUA FRANCA E LÍNGUA TRANSNACIONAL

Mauren Vanessa Lourenço Souto (UEMS)

[maurensouto@hotmail.com](mailto:maurensouto@hotmail.com)

Alline Olivia Flores Gonzales Além (UEMS)

Ana Marlene de Souza Brito (UEMS)

Cláudia Bernardo (UEMS)

### RESUMO

A língua pode ser conceituada como um sistema linguístico empregado por uma determinada comunidade para a efetiva comunicação entre seus membros. Esses membros têm conhecimento das regras e dos elementos que formam este sistema, podendo, ao fazer uso deste, criar incontáveis mensagens. Desta maneira, língua é um fenômeno em constante evolução e pode ser descrita a partir de vários pontos de vista. Assim, apresentaremos os conceitos de língua estrangeira, língua de herança, *língua franca* e língua transnacional. Apesar de seus conceitos serem de difícil explicação, pois o *status* de uma língua também pode variar com o tempo, sendo necessário apenas estabelecer outra relação com ela para que assuma outra definição, este trabalho traz acepções que abrangem as variadas situações e contextos, tornando sua compreensão mais clara e mais fácil para o leitor.

**Palavras-chave:** Língua estrangeira. Língua segunda. Língua adicional.  
Língua herança. Língua franca. Língua transnacional.

### 1. Introdução

Como educadores nos deparamos com muitas indagações a respeito dos conceitos da língua, sendo que possuímos um seleto grupo estudantil, que originam-se de diferentes partes do país e até fora deste. Pretendemos conceituar língua estrangeira, língua segunda, língua adicional, língua de herança, *língua franca* e língua transnacional. Devemos entender que os estudantes passam pelo desafio de aprenderem sua língua materna e quando, ainda crianças, ao chegarem à escola já são falantes competentes de suas línguas, no que se refere ao seu convívio diário na família e comunidade a qual estes estão inseridos. No decorrer deste percurso vivenciado pelos estudantes, aprendem a utilizar a língua de acordo com os contextos sociais ao qual participam como falantes ativos.

É inevitável a confusão entre a língua estudada no ambiente escolar e a língua de convívio familiar e muitas vezes até o social. Já que o estudante não vive apenas para um determinado ambiente. Desta forma

devemos nos deter na valorização do conhecimento prévio sem abandonar o objeto de estudo do ambiente escolar. Desta forma, conhecer os referidos conceitos, aqui citados anteriormente, é de suma importância para que possamos desenvolver um bom trabalho em sala de aula.

Segundo os *Parâmetros Curriculares Nacionais* (1998, p. 29),

para que o processo de construção de significados de natureza sociointeracional seja possível, as pessoas utilizam três tipos de conhecimento: conhecimento sistêmico, conhecimento de mundo e conhecimento da organização dos textos.

No ambiente escolar tais conhecimentos devem ser ativados, valorizando as marcas das identidades sociais que os referidos falantes possuem.

É importante que compreendam que a língua que utilizam em determinada comunidade discursiva não deve ser considerada errada e sim uma variante, sendo que o estudante pode ser de outro país, possuindo uma língua diferente, bem como características e cultura diversa. O ambiente escolar deve ser mediador de tais realidades, sempre valorizando e jamais excluindo o estudante que busca o conhecimento da língua ao qual possui o ambiente escolar em que está inserido. Assim, os *Parâmetros Curriculares Nacionais* (1998, p. 32) destacam que “um dos processos centrais de construir conhecimento é baseado no conhecimento que o aluno já tem: a projeção dos conhecimentos que já possui no conhecimento novo, na tentativa de se aproximar do que vai aprender”.

## 2. *Conceitos de língua*

O conceito de língua perpassa diferentes abordagens teóricas, sem que haja realmente um consenso entre elas. Mesmo entre a gramática tradicional e as teorias que a seguem, podem-se encontrar distintas noções de língua.

Para Saussure, língua é o “produto social da faculdade da linguagem”, pode ser também “um conjunto de conversões necessárias, adotadas pelo corpo social, para permitir o exercício da linguagem”.

A língua é, portanto, um sistema de signos cujo seu funcionamento repousa sobre um determinado número de regras, de correções. É um código que pretende estabelecer uma comunicação entre emissor e receptor (SANTOS, 2000).

Bechara (2001), ao tratar sobre conceito de língua, fala de duas possibilidades: a língua histórica e a língua funcional. Desta maneira, a língua seria um produto histórico e, ao mesmo tempo, uma unidade idealizada, devido à impossibilidade de alcançar, na realidade, uma língua que se quer homogênea e unitária.

Partindo deste princípio, agora, pretendemos conceituar língua estrangeira, língua segunda, língua adicional, língua de herança, *língua franca* e língua transnacional com o intuito de que se compreenda que a língua utilizada por esta ou por aquela determinada comunidade discursiva não deve ser considerada certa ou errada e sim uma variante, que depende do contexto em que está inserida, e, o porquê, a justificativa social da inclusão de língua estrangeira no ensino.

### **2.1. Língua estrangeira**

Uma língua estrangeira é um idioma não falado pela população de um determinado local, como por exemplo, o inglês falado por nativos brasileiros. Mas não para por aí, não apenas o inglês, mas também o japonês antigo tardio são uma língua estrangeira no Japão. Isso nos leva a pensar: o que se entende por língua estrangeira? De acordo com Revuz: “a língua estrangeira é, por definição, uma segunda língua, aprendida depois e tendo como referência uma primeira língua, aquela da primeira infância”. (REVUZ, 1998, p. 215).

Algumas crianças aprendem mais de uma língua desde o nascimento ou, desde a mais tenra idade: são bilíngues ou multilíngues. Assim, pode-se entender que estas crianças têm duas línguas maternas. Por exemplo, uma criança aprende inglês com sua mãe inglesa e na escola japonesa, no Japão, pode falar inglês e/ou japonês, no entanto, de acordo com a compreensão e utilização da criança, nenhuma das duas línguas será considerada como língua estrangeira para ela, uma vez que a criança utiliza ambas em seu cotidiano.

Alunos e professores, os participantes do processo ensino aprendizagem de língua estrangeira, propriamente ditos, são sujeitos inseridos no contexto sócio-histórico e a “situação de aprendizagem de línguas” constitui uma prática social (TAVARES, 2005, p. 52).

Então, pergunta-se novamente: o que é língua estrangeira? A grande diferença é que a língua estrangeira não serve necessariamente à comunicação e, a partir disso, não é fundamental para a integração, en-

quanto a segunda língua desempenha um papel até mesmo vital numa sociedade.

Baseados numa conceituação de perspectiva discursiva do que seja língua materna e língua estrangeira, verifica-se que os indivíduos sempre serão influenciados por sua primeira língua (aqui entendida como língua materna) e que a aprendizagem de uma segunda ou terceira línguas (aqui entendidas como língua estrangeira) só será possível nesse permanente contato-confronto (BERTOLDO, 2003), conflito (CORACINI, 2003) entre as duas línguas.

Não existe, na verdade, uma “receita” para a diferenciação entre primeira língua, segunda língua e língua estrangeira. O *status* de uma língua também pode variar com o tempo, é necessário apenas estabelecer uma outra relação com ela. Se uma criança que aprendeu o inglês como segunda língua na Inglaterra, muda para Portugal e a língua anglo-saxônica perde a importância na sua vida, a criança perde essa relação básica com ela, e ela pode se tornar, com o passar do tempo, uma língua estrangeira – se não for completamente esquecida.

## **2.2. Língua segunda**

Uns colocam que língua segunda é aquela em que a pessoa quando vai viver em outro país tem que aprender, pois precisa dela para se comunicar o tempo todo e que acaba se tornando sua segunda língua. Outros afirmam que é aquela que também é falada em seu país como oficial, como é o caso do guarani, no Paraguai, mas que não é muito utilizada pela sociedade mais formal preferindo-a em relação à língua espanhola. Contudo, por ser oficial é ensinada na escola somente até o terceiro ano do fundamental I. O que a criança aprende depois é no meio em que está inserido, ou seja, família e sociedade. Assim essa língua passa a ser a segunda. Outros a comparam ao “*Bidialectalismo*: que é o termo que designa a situação linguística em que os falantes utilizam, alternativamente, segundo as situações *dois dialetos sociais* diferentes. O termo foi criado por analogia com *bilinguismo*, termo que designa a situação linguística em que falantes utilizam, alternadamente, *duas línguas*, em países em que convivem comunidades de línguas diferentes (por exemplo, na Espanha, a coexistência do basco e do espanhol), ou em grupos de imigrantes que continuam a usar, entre si, a língua de seu país de origem (exemplo: porto-riquenhos ou mexicanos, nos Estados Unidos)” (SOARES, 2000, p. 80).

### **2.3. Terceira língua (L3), língua estrangeira ou língua adicional**

A língua adicional, também chamada de L3 ou língua estrangeira adicional, é, na verdade, uma terceira língua aprendida pelo indivíduo.

O estudo sistematizado do conceito de língua adicional, seus aspectos linguísticos em contextos de língua adicional (L3) ou língua estrangeira adicional são objetos de estudos recentes (KLEIN, 1995; HERDINA; JESSNER, 2000; MUNOZ, 2002). Klein (1995) investigou adolescentes monolíngues e multilíngues para compreender a aquisição de algumas construções sintáticas. Os resultados sugerem que “os aprendizes multilíngues mostraram significativamente um melhor conhecimento dos verbos lexicais e seus complementos preposicionais tanto quanto das construções com uso obrigatório de preposições do que os monolíngues” (p. 450); e “os aprendizes multilíngues e monolíngues exibiram preposição nula, embora em graus (potencialmente significante) diferentes” (p. 450). A autora também enfatiza a necessidade de pesquisas posteriores para confirmar estes resultados, sugerindo, por exemplo, como e porque esse processo ocorre<sup>86</sup>.

Tal conceito permite que se reconheça que aprendizes de língua adicional (L3) ou de língua estrangeira adicional já tiveram contato ou acesso a, no mínimo, dois outros sistemas linguísticos, caracterizando-os como aprendizes mais experientes com relação à aprendizagem de línguas. No entanto, para que esta língua se constitua, permanentemente, como uma língua adicional (L3), é necessário que o indivíduo a utilize com frequência, pois, para ser considerada uma língua adicional, não é necessário apenas aprender o sistema linguístico desta língua, é preciso mantê-lo.

É reconhecida que a fonética e a fonologia dão um aspecto especial à produção do aprendiz de língua estrangeira, que pode frequentemente revelar o lugar de origem da pessoa ou seu background linguístico. Tais dimensões não têm sido vistas como uma significativa fonte de interferência, mas que algumas formas de influências são possíveis (DE ANGELIS, 2007). Por exemplo, o estudo de Hammarberg e Hammarberg (1993), citado por De Angelis (*op. cit.*), investigou sujeitos cuja língua materna era o inglês, sabiam alemão e estavam aprendendo sueco

---

<sup>86</sup> Aprendizes de PE como língua adicional (L3) ou língua adicional em contexto multilíngue: aspectos gramaticais recorrentes na produção escrita. Lucia Rottava, p. 02, (parágrafo utilizado na íntegra).

como língua adicional (L3); os resultados indicaram que os sujeitos conscientemente procuravam marcar um acento em alemão porque não queriam ser reconhecidos como falantes de sueco com forte acento da primeira língua ou língua materna, o inglês.

#### **2.4. Língua de herança**

Língua de herança é uma especialidade da língua estrangeira e se caracteriza como um contexto em que a língua utilizada pelo indivíduo e a cultura que lhe são ensinadas não são próprias do local onde ele resida (como exemplo, o Português ensinado a filhos de brasileiros imigrados no exterior).

O termo “herança” se refere ao desejo de preservação ou recuperação da língua e cultura nacionais como capitais herdados de pais nativos ou quando pelo menos um deles é estrangeiro (a) residindo com a família num outro país.

Imaginemos toda a situação com brasileiros que residam fora do Brasil. A situação se apresenta quando se percebe que há comunidade de expatriados cujos filhos estão sendo educados numa cultura e língua que não o português e surge a consciência de que esses bens simbólicos brasileiros não devem ser perdidos pela nova geração de filhos de brasileiros vivendo longe de seu país. Geralmente a iniciativa parte de pais associados ou de um clube de mães que concordam em preservar nos seus filhos a língua e a cultura dos pais. O desejo de formar classes de português língua estrangeira/língua de herança precisa invariavelmente de apoios para que suas práticas se estabeleçam em bases contemporâneas de ensino e aprendizagem.

Vemos isto com muita frequência nas comunidades orientais, que preservam sua cultura e a língua está entre os itens a serem preservados com maior fervor, pois dentro de seus lares, comunicam-se na língua materna dos pais/avós etc.

#### **2.5. Língua franca**

*Lingua franca* (sem acento no ‘i’) é uma expressão latina para língua de contato ou língua de relação resultante do contato e comunicação entre grupos ou membros de grupos linguisticamente distintos para o comércio internacional e outras interações mais extensas (BARTOLET-

TO, 2010<sup>87</sup>).

O grego foi considerado como *lingua franca* no Oriente e o latim, no milênio seguinte, a *lingua franca* no ocidente. De acordo com Guimarães<sup>88</sup>, a *lingua franca* tem, assim como as demais línguas com que está em relação, a característica de ser a língua de intercuro para os falantes de línguas diferentes.

O português serviu de *lingua franca* na África e Ásia nos séculos XV e XVI. Quando os portugueses começaram a explorar os mares da África, América, Ásia e Oceania, tentaram se comunicar com os nativos misturando uma versão da *lingua franca* influenciada pelo português com as línguas locais (BARTOLETTO, 2010). Quando outros povos chegaram à África e à Ásia, tentaram aprender a língua que os povos dali falavam, mas, através de sucessivas mudanças ao longo do tempo, a *lingua franca*, junto com o vocabulário português, foi substituída pela língua dos povos em questão.

No entanto, há uma diferença importante entre uma *lingua franca* e uma língua oficial. Conforme Guimarães:

A diferença está em que a língua oficial é dada como a língua do Estado de modo que todos que a ele estão ligados são obrigatoriamente falantes dela. Mesmo que certas pessoas não a falem, no plano oficial são tomados imaginariamente como seus falantes e são tratados como tal, são cobrados por isso.

Assim, a *lingua franca* não tem essa obrigatoriedade e serve, na prática, para garantir as relações de falantes de diversas línguas sem deixar de utilizar sua própria língua para utilizar a língua em questão.

O inglês é a *lingua franca* atual no mundo dos negócios internacionais no ocidente e na diplomacia (BARTOLETTO, 2010). O Chinês Mandarim também tem a função de prover uma língua falada comum entre os chineses que falam diversos dialetos ininteligíveis entre si. O japonês é a *lingua franca* do Japão, usada no cotidiano e na tecnologia.

---

<sup>87</sup> "Entenda o que é *lingua franca*". Galaor Bartoletto. 02 de janeiro de 2010. Disponível em: <http://www.galaor.com.br/lingua-franca/>. Acesso em 28/08/14.

<sup>88</sup> Conceitos Linguísticos: Língua Franca. Enciclopédia das Línguas no Brasil. Eduardo Guimarães. Disponível em: [http://www.labeurb.unicamp.br/elb/portugues/leiamais\\_lingua\\_franca.html](http://www.labeurb.unicamp.br/elb/portugues/leiamais_lingua_franca.html). Acesso em 29/08/14.

## 2.6. Língua transnacional

A língua portuguesa, quando foi trazida para o Brasil, sofreu não só a influência do meio físico, mas também a dos povos indígenas, africanos e de outros que, como imigrantes, vieram fazer parte de nossa sociedade posteriormente. A língua portuguesa do Brasil atual é consequentemente o resultado de tudo isso, bem como os países que sofreram colonização lusitana. Os vários falares, resultados dessas diversas misturas de idiomas, é que faz com que a língua seja transnacional, uma vez que passaram por processos de variações devido aos falares que naquele lugar e instantes existiam. De acordo com Bagno (2002) as línguas são diferentes e sofrem variações diacrônicas (conforme a época), diatópicas (conforme o lugar) diastráticas (conforme a classe social ou especialização dos falantes) e a situação (formal ou informal). A função da “língua é estabelecer um canal de comunicação entre os falantes”. Todas essas mudanças em uma mesma língua em lugares diferentes certamente sofrerão mudanças como as que ocorreram no Brasil, com seus vários falares. No Novo Aurélio – *Dicionário da Língua Portuguesa*, podemos encontrar a palavra transnacional definida como “[De trans- + nacional] Adj. 2 g. 1. Que ultrapassa os limites da nacionalidade; mais do que nacional; 2. Multinacional (4). S.f. 3. Multinacional (5)”. Sendo “trans-” um elemento de formação de palavras que exprime a noção de «além de, para além de», facilmente se entende por transnacional tudo o que ultrapassa os limites do que é nacional. Assim, as línguas dos países que sofreram processos de colonização como o inglês nos Estados Unidos, Canadá e outros, que tiveram colonização britânica sofreram variações ao longo da história. Contudo é natural que haja diferenças vocabulares entre países que compartilham um idioma, o português chama a atenção por ter formas divergentes onde teriam tudo para ser iguais, já que têm a mesma origem. E o mais chocante é que afetam até nomes próprios internacionais. Sem questionar a legitimidade da existência de variedades linguísticas, é preciso ter em mente que as variações léxicas e gramaticais são mais marcantes no português do que outros idiomas.

Ainda podemos observar que depois da união dos países sul-americanos – MERCOSUL – os países que fazem parte desse grupo tornaram oficiais o ensino na língua portuguesa como língua estrangeira obrigatória nas escolas fundamentais e ofertadas para o ensino superior, assim como, no Brasil se tornou obrigatório o ensino do espanhol nas escolas.

### **3. A justificativa social para a inclusão de língua estrangeira no ensino**

A inclusão de uma área no currículo deve ser determinada, entre outros fatores, pela função que desempenha na sociedade. Em relação a uma língua estrangeira, isso requer uma reflexão sobre o seu uso efetivo pela população.

No Brasil, tomando-se como exceção o caso do espanhol, principalmente nos contextos das fronteiras nacionais, e o de algumas línguas nos espaços das comunidades de imigrantes (polonês, alemão, italiano etc.) e de grupos nativos, somente uma pequena parcela da população tem a oportunidade de usar línguas estrangeiras como instrumento de comunicação oral, dentro ou fora do país.

Mesmo nos grandes centros, o número de pessoas que utilizam o conhecimento das habilidades orais de uma língua estrangeira em situação de trabalho é relativamente pequeno.

### **4. Considerações finais**

O estudo dos conceitos nos possibilitaram compreender o quanto é importante o papel do educador, seja como mediador do conhecimento ou proporcionando a interação de diferentes comunidades discursivas. Segundo os *Parâmetros Curriculares Nacionais* (1998, p. 35) “quando alguém usa a linguagem, o faz de algum lugar localizado na história, na cultura, e na instituição, definido nas múltiplas marcas de sua identidade social e à luz de seus projetos políticos, valores e crenças.” O ambiente escolar se torna mediador para que a identidade social dos estudantes seja valorizada e não desconsiderada, já que esta faz parte do conhecimento de mundo do estudante e parte imprescindível de sua vida fora da escola.

O estudante deve compreender e entender como ocorre o processo de estudo da língua, desmistificando a dificuldade de estabelecer conexão entre a língua do ambiente escolar e da comunidade a qual faz parte. Nos *Parâmetros Curriculares Nacionais* (1998, p. 39), considera que a linguagem pode afetar as relações entre grupos diferentes em um país, valorizando as habilidades de alguns grupos e desvalorizando as de outros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARTOLETO, Galaor. *Entenda o que é língua franca*. 02 de janeiro de 2010. Disponível em: <<http://www.galaor.com.br/lingua-franca>>. Acesso em 28-08-2014.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa*. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2001.

GUIMARÃES, Eduardo. Conceitos linguísticos: *língua franca*. In: \_\_\_\_\_. *Enciclopédia das línguas no Brasil*. Disponível em: <<http://www.labeurb.unicamp.br>>. Acesso em: 29-08-2014.

CRISTOFOLI, Maria Silvia. *Políticas de línguas estrangeiras na educação básica: Brasil e Argentina entre avanços, percalços*. 2010. Tese (de doutorado). – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.

MELIÀ, B. *La lengua guaraní del Paraguay*. Historia, sociedad y literatura. Madrid: Mapfre, 1992.

PAYER, Maria O. Imigrante: sujeito moderno – dispositivos de objetivação do sujeito e da língua na modernidade. In: ZOPPI-FONTANA, Mônica (Org.). *O português do Brasil como língua transnacional*. Campinas: RG, 2009, p. 43-58.

ALMEIDA FILHO, José Carlos Paes de. *Português língua de herança*. Entrevista com... Disponível em: <[http://sala.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=270:portugues-lingua-de-heranca&catid=1116:outras-salas](http://sala.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=270:portugues-lingua-de-heranca&catid=1116:outras-salas)>. Acesso em 28-08-2014.

ROTTAVA, Lucia. Aprendizes de PE como língua adicional (L3) ou língua adicional em contexto multilíngue: aspectos gramaticais recorrentes na produção escrita. Disponível em: <[http://www.celsul.org.br/Encontros/08/aprendizes\\_de\\_pe.pdf](http://www.celsul.org.br/Encontros/08/aprendizes_de_pe.pdf)>. Acesso em: 28-08-2014.

SANTOS, Carlos. Língua + linguagem = comunicação. *Cadernos do CNLF*, Série IV, n. 12, 2000. Disponível em: <[http://www.filologia.org.br/anais/anais%20iv/civ12\\_5.htm](http://www.filologia.org.br/anais/anais%20iv/civ12_5.htm)>. Acesso em: 28-08-2014.

SAUSSURE. Ferdinand de. *Curso de linguística geral*. Org.: Charles Bally e Albert Sechehaye. São Paulo: Cultrix, 1970.

SPINASSÉ, Karen Pupp. Os conceitos de língua materna, segunda língua e língua estrangeira e os falantes de línguas alóctones minoritárias no sul do Brasil. *Revista Contingentia*, vol. 1, n. 1, nov. 2006, p .01-10.

ZOPPI FONTANA, M.; DINIZ, L. Política linguística no Mercosul: o caso do certificado de proficiência em língua portuguesa para estrangeiros (CELPE-BRAS). In: *Língua(s) e povo(s): unidade e dispersão*. Congresso Internacional de Política Linguística na América do Sul. João Pessoa: Ideia, 2006, p. 150-156

ZOPPI FONTANA, Mónica org. *O português do Brasil como língua transnacional*. Campinas: RG, 2009.

\_\_\_\_\_. Declinando a língua pelas injunções do mercado: institucionalização do português língua estrangeira. *Revista Estudos Linguísticos*, n. 37 Araraquara: GEL, 2008.